



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

JUSTIFICATIVA - PL 0753/2021

As mudanças climáticas refletem o maior desafio do nosso tempo. O último relatório do IPCC, publicado em setembro de 2021, evidencia a relação entre o aquecimento global e eventos catastróficos que têm se mostrado cada vez mais constantes: extremos de calor e frio, longos e intensos períodos de seca (o Brasil está passando pela pior seca dos últimos 91 anos), chuvas torrenciais acompanhadas de enchentes. A Terra aquecerá até o meio deste século, e é esperado que a marca de 1,5 °C, infelizmente, seja alcançada já em 2030.

Pela primeira vez, o relatório do IPCC fornece uma avaliação regional mais detalhada das mudanças climáticas, destacando informações que poderão ser muito úteis para subsidiar avaliações de risco regional, adaptações e tomadas de decisão. O Atlas de Mudanças Climáticas, que integra o relatório, apresenta uma ficha técnica para a América do Sul. Nas projeções mais pessimistas, a temperatura média pode aumentar 7 °C.

Se medidas drásticas não forem tomadas, as consequências afetarão todos os setores da sociedade. Quanto à sobrecarga no sistema de saúde, ondas de calor extremo aumentam os números de problemas cardíacos, os temporais causam acidentes que podem ser fatais, e o tempo cada vez mais seco afeta o sistema respiratório. Sobre esse último ponto, já há vários estudos que comprovam como a poluição causada pelos veículos da cidade de São Paulo causam problemas de saúde.

Quanto à segurança alimentar, eventos extremos como seca e geadas afetam as safras, aumentando o preço dos alimentos e levando milhares de cidadãos à insegurança alimentar e à fome. São Paulo tem a cesta básica mais cara do país, que sofreu aumento de 22% só no último ano. Ao enfrentar a emergência climática, a cidade também estará mais bem preparada para garantir alimentação de qualidade a toda a população paulistana.

Com base na ciência, estima-se ser extremamente necessária a implementação de mudanças imediatas para mitigar e adaptar os efeitos das mudanças climáticas. Adiciona-se a esse projeto de lei uma proposta de aumento da participação da sociedade civil na implementação de tais políticas. O poder executivo, por meio do decreto 45.959/2005, regulamentou a instituição do Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Economia Sustentável que, no entanto, não engloba a participação da sociedade civil que consideramos essencial para garantir uma transição ecologicamente justa principalmente para os municípios periféricos que mais sofrem as consequências das mudanças climáticas.

Seguindo os passos do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa de São Paulo, que já têm protocolados Projetos de Lei para o Decreto de Emergência Climática em suas respectivas esferas, a Câmara Municipal de São Paulo pode aprofundar sua contribuição no enfrentamento à emergência climática ao aprovar esse projeto e fazer com que ele seja concretizado.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 10/11/2021, p. 99

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.